



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANDREZA DA SILVA XAVIER**

**A FUNÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA GESTÃO EDUCACIONAL NA  
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**JOÃO PESSOA  
2023**

**ANDREZA DA SILVA XAVIER**

**A FUNÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA GESTÃO EDUCACIONAL NA  
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda Alcantara**

**JOÃO PESSOA  
2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

X3ff Xavier, Andreza da Silva.

A função político-pedagógica da gestão educacional na inclusão escolar de crianças com deficiência visual / Andreza da Silva Xavier. - João Pessoa, 2023.  
31 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda Alcântara.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gestão educacional. 2. Educação inclusiva. 3. Deficiência visual. I. Alcântara, Marcos Angelus Miranda. II. Título.

UFPB/CE

CDU 376-056.262(043.2)

**ANDREZA DA SILVA XAVIER**

**A FUNÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA GESTÃO EDUCACIONAL NA  
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado no Curso de Licenciatura em  
Pedagogia, do Centro de Educação, da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito institucional para obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 10 de novembro de 2023

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara  
Universidade Federal da Paraíba  
CE/DHP - SIAPE 3054964

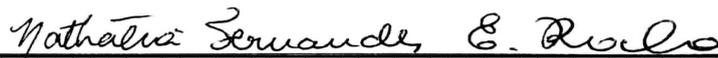
---

Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara  
DHP/CE/UFPB  
Orientador



---

Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias  
DME/CE/UFPB  
Examinadora 1



---

Profa. Dra. Nathalia Fernandes Egito Rocha  
DHP/CE/UFPB  
Examinadora 2

JOÃO PESSOA  
2023

*A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (Paulo Freire, 1967).*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me ajudar a chegar até aqui e finalizar este Curso.

Agradeço ao meu pai, à minha mãe e à minha avó, que mais me auxiliaram nessa trajetória e aos demais familiares que estavam torcendo por este momento.

Também agradeço aos meus amigos de turma, que fiz durante o curso. Agradeço aos demais amigos, os quais me ajudaram e também estavam na torcida para a chegada desse momento.

Venho expressar minha gratidão pelo projeto de extensão, pois pude adquirir muitos aprendizados. Sou grata também ao professor-orientador Marcos Angelus, por ter sido sua aluna na disciplina de gestão educacional, por sua dedicação, paciência, atenção e pelo seu dispor a orientar este trabalho e também a banca examinadora por aceitar o convite e pela atenção.

## RESUMO

Este trabalho final de curso objetivou analisar a função político-pedagógica da gestão escolar na inclusão da criança com deficiência visual. Seus objetivos específicos consistiram em dialogar com a gestão de uma escola pública acerca da inclusão de crianças cegas; compreender como o conselho escolar está envolvido no processo de inclusão; e, discutir o papel da equipe pedagógica no processo de inclusão da criança cega na escola. Do ponto de vista teórico e metodológico buscamos inicialmente estudar os conceitos de gestão educacional e educação inclusiva, compreender como eles se relacionam no âmbito da escola pública a partir de um diálogo com autores como Dantas (2021), Lima *et. al.* (2018), Santos (2012) e Luck (2009). A pesquisa foi caracterizada como estudo de caso e recorreu ao instrumento da entrevista semi-estruturada para coletar os dados na EMEF General Rodrigo Otávio. Como resultados da pesquisa, o texto aponta que a gestora entrevistada compreende que a relação entre gestão educacional e educação inclusiva se dá na medida que seu trabalho se compromete com esta demanda e que seu papel implica envolver a promoção do diálogo com as diversas instâncias, articulando os conselhos e o corpo pedagógico da instituição nos processos de inclusão da criança com deficiência visual.

Palavras-chave: gestão educacional; educação inclusiva; deficiência visual.

## **ABSTRACT**

*This final course work aimed to analyze the political-pedagogical function of school management in the inclusion of children with visual impairments. Its specific objectives were to engage in a dialogue with the management of a public school regarding the inclusion of blind children, understand how the school council is involved in the inclusion process, and discuss the role of the pedagogical team in the inclusion process of blind children in the school. From a theoretical and methodological perspective, we initially sought to study the concepts of educational management and inclusive education, understanding how they relate within the public school context through a dialogue with authors such as Dantas (2021), Lima et al. (2018), Santos (2012), and Luck (2009). The research was characterized as a case study and utilized the semi-structured interview instrument to collect data at EMEF General Rodrigo Otávio. As a result of the research, the text indicates that the interviewed manager understands that the relationship between educational management and inclusive education occurs to the extent that her work is committed to this demand, and her role involves promoting dialogue with various instances, coordinating the councils and the pedagogical body of the institution in the processes of inclusion of children with visual impairments.*

**Keywords:** *educational management, inclusive education, visual impairment.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 ALGUMAS JUSTIFICATIVAS SOBRE O DESEJO DE INVESTIGAR E RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO ESCOLAR.....	10
1.2 INCLUSÃO DE CRIANÇAS CEGAS PELA GESTÃO ESCOLAR COMO ENFOQUE INVESTIGATIVO.....	13
1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
<b>2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ACERCA DO PAPEL DA GESTÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..</b> .....	<b>16</b>
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA VISUAL COMO CONCEITOS ARTICULADORES DA PESQUISA.....	16
2.2 GESTÃO EDUCACIONAL COMO UMA DIMENSÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR.....	17
2.3 ESTUDO DE CASO E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COMO ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM DO OBJETO DE PESQUISA.....	19
<b>3 ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE O DIÁLOGO COM A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GENERAL RODRIGO OTÁVIO.....</b>	<b>22</b>
3.1 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE TEM A VER UMA COISA COM A OUTRA?.....	22
3.2 ATUAÇÃO DA GESTÃO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	23
3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E DA EQUIPE PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>
<b>ANEXO - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Início este escrito explicitando os porquês da opção por desenvolver uma investigação acerca da relação entre gestão educacional e inclusão escolar da criança com deficiência visual. Em primeiro lugar trago as razões pessoais, como pessoa cega e estudante de pedagogia. Em seguida trago elementos de natureza político-pedagógico, como a presença da temática nas políticas públicas de educação e no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, busco dialogar com a produção de TCCs acerca da educação inclusiva, no sentido de demonstrar as possíveis contribuições deste trabalho à área de aprofundamento de educação especial e ao campo da gestão da educação. Na sequência, procuro problematizar a temática e delimitar o objeto da pesquisa, que é mais precisamente a função político-pedagógica da gestão escolar na inclusão da criança com deficiência visual.

### 1.1 ALGUMAS JUSTIFICATIVAS SOBRE O DESEJO DE INVESTIGAR E RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO ESCOLAR

Escolhi este tema pela minha experiência como pessoa cega, pois percebo que há muitos desafios ainda a serem enfrentados em escolas e até mesmo no ensino superior, onde se dá a nossa formação inicial. Durante os anos iniciais do ensino fundamental, estudei em uma instituição para cegos e pessoas de baixa visão, esta ainda funciona hoje, porém como um centro de reabilitação. À época era uma escola.

Enfrentei desafios maiores a partir dos anos finais do ensino fundamental. Alguns professores tinham dúvida em como trabalhar comigo. Eles perguntavam: como passar as atividades? Como você faz para trazer as atividades? Quando cheguei nesta etapa da educação básica achei tudo muito estranho, fiquei me perguntando quem me ajudaria. Estava habituada a turmas de três alunos na escola anterior. Encontrei tudo novo e diferente: turma mais cheia, alunos que cooperam, outros que não.

Logo no início que cheguei fiquei até com medo de ficar sozinha, pois os colegas que passaram de série junto comigo ficaram em turmas diferentes, porque a série que eu estava era dividida em três: A, B e C. Eu pedia para minha mãe ficar comigo, porém ela tinha que trabalhar. Contudo, houve uma acolhida com toda

escola. A professora da turma me auxiliou a chegar à sala. Enfim, tudo se resolveu a partir da compreensão da docente, de alguns colegas e assim consegui ficar na mesma turma.

Com a chegada ao ensino médio e em seguida à Universidade, construí muitas aprendizagens. Uma delas foi não ter medo de lutar pelos meus objetivos e seguir em frente, por mais difíceis que pareçam e de fato sejam. Um dos objetivos alcançados dentro do ensino superior foi minha participação em um projeto de extensão PROBEX: *A Construção de uma Proposta formativa para profissionais da educação básica em Gestão Educacional e Educação Popular* (2019).

Neste, pude conhecer o funcionamento de um projeto de extensão, me inseri na dinâmica do trabalho acadêmico e tive a oportunidade de aprender a como fazer consultas ao Repositório Institucional da UFPB, a fazer análise temática de textos e também participar da elaboração da escrita acadêmico-científica. Esses apontamentos biográficos me ajudam a tecer algumas explicações mais subjetivas que me motivaram a investigar a inclusão de crianças cegas ou de baixa visão sob a perspectiva da gestão escolar.

Com base na Constituição Federal de 1988 e em toda a legislação dela decorrente, nós falamos que a educação é direito de todos. Assim como, entendemos que socialmente há um certo consenso de que a escola deve ser um espaço aberto para qualquer pessoa, independentemente de cor, deficiências etc. Bem ou mal, esse relativo consenso está expresso em leis e políticas públicas, como a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, o qual assegura que a educação é um direito de todos.

Os movimentos em torno da inclusão da pessoa com deficiência avançaram durante o Século XX. Um dos marcos internacionais e de debate político que evidenciam esses avanços é a Declaração de Salamanca (1994), documento assinado em uma convenção mundial das Nações Unidas, que ocorreu na Espanha em junho de 1990. Este, por sua vez, vem trazendo contribuições importantes para a educação de pessoas com deficiências.

Conforme (DANTAS, 2021), trata-se de um documento internacional que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, quando orienta os estados-membros no sentido de desenvolverem escolas que acolham todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais. A autora ainda coloca que a Declaração é um marco para as políticas públicas de

inclusão. Especificamente no caso brasileiro, a incorporação das diretrizes da educação inclusiva resultou em rápidas mudanças nas redes de ensino, refletido no aumento significativo de matrículas nas escolas (FERREIRA, *apud.* Dantas, 2021).

Nessa perspectiva, podemos assinalar que a “[...] Declaração de Salamanca inova ao trazer em seu texto o termo necessidades educativas especiais [...] e que a finalidade da educação é a mesma para todos, por ser um bem a que todos têm o mesmo direito” (DANTAS, 2012, p. 9-10). O referido conceito traz a ideia de que todas as crianças são educáveis e que apesar das condições que possuam, todas têm capacidade para aprender e ter efetivado o seu direito à educação.

Essa relevância social da questão me motivou a estudar o tema no âmbito da gestão educacional. Logo, procurei compreender como essas temáticas vêm sendo problematizadas nas pesquisas de TCC no Curso de Pedagogia da UFPB. Ao consultar o Repositório da UFPB, com as palavras-chave *gestão escolar*, *crianças com deficiência visual* e *inclusão*, decênio 2010/2020, pouca coisa significativa que pudesse dialogar foi identificada. Dentre essas, destaco os três trabalhos que mais chamaram minha atenção: Alves (2019), Ferreira (2017) e Flor (2018).

Alves (2019) investiga a formação continuada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) em deficiência visual na Paraíba. Seu objetivo consiste em analisar as contribuições do curso presencial de aperfeiçoamento em AEE na área de deficiência visual, destinado a profissionais que atuam com esse público-alvo, seja na sala de ensino regular ou na sala de recursos. Ferreira (2017), por sua vez, fez um estudo sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na visão de professores alfabetizadores. Seu objetivo foi analisar como o PNAIC vem contribuindo para a prática do professor em sala de aula; Finalmente, Flor (2018) analisou algumas concepções de leitura a partir das compreensões de docentes alfabetizadores. Como vemos, analisar essa relação entre gestão educacional, educação inclusiva e a criança cega e/ou de baixa visão, pareceu de certo modo, um terreno árido, mas ao mesmo tempo despertou a expectativa em contribuir com esse debate dentro do Curso de Pedagogia.

## 1.2 INCLUSÃO DE CRIANÇAS CEGAS PELA GESTÃO ESCOLAR COMO ENFOQUE INVESTIGATIVO

Durante a busca no repositório pude encontrar TCCs que envolvem a questão da pessoa com deficiência visual, porém não identifiquei TCCs que relacionem direta ou intencionalmente a problemática à gestão escolar. Conforme vimos, Alves (2019) trata da formação continuada no AEE em deficiência visual, Ferreira (2017) sobre o PNAIC e Flor (2018) sobre concepções de leitura.

O diálogo com Alves (2019) me despertou atenção à relação entre o AEE e a sala de aula na inclusão das crianças com deficiência visual. Afinal de contas, essa é uma questão que deve ser objeto de preocupação apenas dos docentes? Como a gestão da escola pode contribuir nessa articulação entre a inclusão dessas crianças tanto na sala de AEE quanto na sala de aula? Nesse sentido, a contribuição do trabalho de Alves (2019) foi muito importante pois sua investigação versou a formação dos profissionais da educação que atuam nesses espaços.

Diante do estudo de Ferreira (2017) sobre o PNAIC, podemos questionar inicialmente a existência de uma idade certa para alfabetização. Essa questão fica mais incisiva quando o sujeito dessa alfabetização é a criança cega e/ou com baixa visão. Afinal de contas: qual a idade certa para alfabetizar uma criança cega ou com baixa visão? Como uma gestão escolar, que pauta sua práxis em uma perspectiva democrática, se posiciona diante da inclusão de crianças cegas no contexto de um programa como o PNAIC?

O TCC de Flor (2018), me sugeriu refletir sobre como a gestão escolar poderia auxiliar os docentes no sentido de ampliar as concepções de leitura demandadas pela escola nos processos de alfabetização, tendo em vista a inclusão das crianças cegas e/ou com baixa visão. Embora a luta da gestão escolar pela garantia de pisos táteis, de salas de AEE, de possibilidades de leitura e escrita em braille, sejam elementos indispensáveis à inclusão dessas crianças, o diálogo com Flor (2018) suscita a compreensão de que à gestão escolar cabe a liderança do trabalho pedagógico escolar que apresente concepções de leituras que também incluam as crianças cegas, com baixa visão ou quaisquer outro tipo de deficiência visual.

Em suma, a luta pela educação inclusiva é histórica, um dos eixos dessa luta para uma escola inclusiva é a inclusão da pessoa com deficiência, pois ainda há

muito o que se avançar nesta questão. Em função desses diálogos com os TCCs e dos elementos apresentados na justificativa deste trabalho, pretendi analisar a relação entre a gestão escolar e a inclusão da criança com deficiência visual. Mais precisamente, a delimitação do objeto de pesquisa consiste na função político-pedagógica da gestão escolar na inclusão de crianças com deficiência visual. Nesse sentido, formulei o seguinte problema: como a gestão escolar tem contribuído para o atendimento das crianças com deficiência visual nas anos iniciais do ensino fundamental?

Diante do objeto delimitado e do problema de pesquisa formulado, o objetivo geral deste TCC consistiu em analisar como a gestão escolar atua no processo de inclusão de crianças com deficiência visual nas anos iniciais do ensino fundamental. Os objetivos específicos consistiram em: 1 dialogar com a gestão de uma escola pública acerca da inclusão de crianças cegas; 2 compreender como o conselho escolar está envolvido no processo de inclusão; 3 discutir o papel da equipe pedagógica no processo de inclusão de criança cega na escola.

### 1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO

Este primeiro capítulo introduziu o trabalho ao leitor justificando a opção por desenvolver uma investigação acerca da função político-pedagógica da gestão escolar na inclusão da criança com deficiência visual, por meio de três dimensões: uma de natureza existencial-subjetiva, razões pessoais, como pessoa cega e estudante de pedagogia; outra de natureza político-pedagógica, a materialidade temática nas políticas públicas de educação e na legislação educacional; uma terceira, acadêmico-científica, a produção dos TCCs de pedagogia acerca da educação inclusiva. Na sequência problematiza a temática, delimita o objeto da pesquisa, formula a questão problema e anuncia os objetivos geral e específicos da pesquisa.

O capítulo dois traz as considerações teóricas e metodológicas do trabalho. O primeiro tópico discute a relação entre gestão educacional e educação inclusiva como conceitos articuladores deste processo investigativo. Na sequência o capítulo explica as estratégias investigativas e tipifica a pesquisa como pesquisa qualitativa e estudo de caso, bem como aponta a entrevista semiestruturada como estratégia de coleta/produção dos dados a serem analisados no capítulo terceiro.

O capítulo três apresenta os resultados e discussões acerca dos dados coletados na escola selecionada para o estudo de caso. Inicialmente se realiza uma reflexão acerca da relação entre gestão educacional e educação inclusiva e se questiona o que tem a ver uma coisa com a outra. No tópico seguinte se analisa como a gestora entrevistada pensa sobre sua atuação no campo da educação inclusiva. Por fim, analisamos como a escola vê o papel dos conselhos e da equipe pedagógica da escola nos processos de inclusão da criança com deficiência visual.

Finalmente, nas considerações finais, o texto retoma o objeto da pesquisa e avalia em que medida foi possível contemplá-lo nas análises, bem como se busca desenvolver uma reflexão acerca das aprendizagens construídas na feitura deste trabalho de conclusão de curso.

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ACERCA DO PAPEL DA GESTÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este capítulo constrói o arcabouço teórico e metodológico da pesquisa por meio da discussão acerca da relação entre gestão educacional e educação inclusiva como conceitos-chave para as análises do capítulo seguinte. Além disto, caracteriza a pesquisa como um estudo de caso, qualitativo que recorre ao instrumento da entrevista semiestruturada para interagir com a gestora pedagógica da escola pesquisada.

### 2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA VISUAL COMO CONCEITOS ARTICULADORES DA PESQUISA

O debate sobre a inclusão objetiva fazer uma sociedade melhor, na perspectiva de compreender e aceitar o outro, independente de sua classe social, cor etc. Pois, no meio em que vivemos existem muitas indiferenças, uma delas é a exclusão, como uma construção histórica. Podemos exemplificar outras construções históricas como o racismo, o machismo e a desigualdade social. A exclusão, sem dúvidas, é uma construção sociohistórica que atravessa as demais. A exclusão da pessoa com deficiência tem especificidades que procuramos aqui delinear.

A pessoa com deficiência, ao longo da história, foi considerada socialmente como incapaz, doente, coitadinha, enfim entregue ao desprezo. Durante o século XIX, no Brasil, na Constituição de 1824 a pessoa com deficiência começou a ter direito à educação. O livro *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (2010), mostra que durante esse Período Imperial foram criadas duas instituições: *Instituto dos Meninos Cegos* e o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*. A participação desses sujeitos nessas instituições era pequena, pois só tinha acesso aqueles que tivessem condições sociais elevadas. A construção do Instituto dos Meninos Cegos, atualmente o Instituto dos Cegos Benjamim Constant, aconteceu graças a um menino de família rica, José Álvares de Azevedo, que foi estudar na Europa, em Paris, no Instituto para jovens cegos quando criança.

O termo *peessoas com necessidades especiais* “refere-se a todas as crianças e jovens [e também adultos] cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares” (UNESCO, 1994, Apud, DANTAS, 2021, p. 10). Percebe-se

que para a pessoa com deficiência hoje estar inserida no meio social, foi preciso que houvesse muitos movimentos e estudos. Se de um lado os estudos procuravam construir conceitos sobre uma realidade a ser compreendida, por outro, os movimentos buscavam transformar a realidade.

A palavra *deficiência* tem origem latina, o que aponta para a ideia de *falta*, *imperfeição* e *insuficiência*. O Instituto Benjamin Constant-RJ, conceitua Deficiência Visual como a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão subnormal, cujos limites variam com outros fatores, tais como: fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes etc. (LIMA, *et. al.* 2018). O termo, como percebe-se, é bem amplo, isto é, quando nos referimos ao termo (deficiente visual), envolvemos surdos-cegos, cegos e pessoas com baixa visão ou visão subnormal.

Os cegos aprendem a ler e a escrever em braille. Existem diversos graus de deficiência visual. Considera-se que estudantes cegos ou com baixa visão sejam aqueles que possam vir a ser beneficiados pela inclusão na escola em classes comuns, desde que esta se adapte quanto às suas necessidades. Ao longo do tempo observa-se que a escola necessita o tempo todo adaptar-se ao novo, assim como as diversas demandas solicitadas pela sociedade que busca inovar e modernizar-se a partir da globalização (LIMA, *et. al.* 2018).

A escola precisa estar pronta, de certa forma, para a inclusão de cada aluno, pois ela deve garantir conforto ao aluno, pensar formas de desenvolvimento da aprendizagem do aluno, também precisa ser um pilar de conscientização, ou seja, conscientização do respeito com o outro, do cuidar do meio ambiente, do espaço físico da escola etc. A escola é uma das responsáveis pela transformação do sujeito.

## 2.2 GESTÃO EDUCACIONAL COMO UMA DIMENSÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Os responsáveis pela construção de uma escola acolhedora são os gestores e professores. Em última análise os gestores, conforme Lima *et. al.* (2015). Esses têm um papel fundamental na organização e funcionamento da instituição escolar, em todos os seus aspectos: físico, sócio-político, relacional, material, financeiro e

pedagógico. O trabalho não se restringe apenas à administração do estabelecimento de ensino, mas a de um agente responsável pela transformação do educando, que vai desde o acompanhamento da aprendizagem até o trabalho de toda a equipe escolar. Visto que o gestor tem um papel importante na democratização da instituição escolar, ele tem que estar preparado para lidar com os desafios que aparecerão na escola. Muitas das vezes o desafio está na recepção dos alunos novos, pois cada um vem de contextos e realidades diferentes.

Segundo afirma Santos (2012), o diretor é que mais tem responsabilidade sobre a escola, este por sua vez é quem lidera, gerencia e articula todo o trabalho feito por funcionários e docentes em função de objetivos e metas estabelecidos socialmente. Isto é, a aprendizagem dos alunos. Este também responde legal e judicialmente pela instituição e pedagogicamente por seus trabalhos. Santos (2012), ressalta ainda que a parte pedagógica muitas vezes é esquecida ou relegada a segundo plano pelo diretor escolar.

Luck (2009, p. 93-94), analisa o conceito de gestão educacional sob a dimensão da gestão pedagógica. De acordo com a autora, cabe à gestão escolar a orientação da “[...] melhoria do processo ensino-aprendizagem na sala de aula mediante observação e diálogo de feedback correspondente”. Em outras palavras, como atividade-meio, cabe à gestão escolar criar as condições para o aparecimento de “[...] oportunidades pedagógicas especiais para alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais”.

Nessa perspectiva, “boa escola é aquela em que os alunos aprendem, alargam seus horizontes e desenvolvem competências para a vida” (Luck 2009, p. 93). Para isto acontecer é fundamental a participação de todos. A direção não pode deixar a dimensão pedagógica de sua atuação em segundo plano. Isto requer que haja acompanhamento aos alunos, ajuda aos professores, em relação aos materiais didáticos, levar debates pedagógicos aos conselhos e a

O gestor precisa estar sempre próximo dos demais membros da escola, embora um de seus objetivos seja liderar, é importante que ele sempre passe segurança e afeto, pois muitas das vezes o mesmo é visto pelos discentes como alguém que traz medo e pelos docentes e funcionários. Isso não implica dizer que não tenha que haver regras, mas, o propósito central de uma gestão escolar é possibilitar que o processo educativo ocorra.

Há determinadas situações típicas do ambiente escolar que precisam ser vistas, analisadas, discutidas e mesmo modificadas pela gestão, em interlocução com os conselhos e o corpo docente. Luck (2009), traz em seu texto que ações de cunho pedagógico implicam a capacidade de levar as pessoas a aprenderem, a desenvolverem compreensões, hábitos e atitudes.

Não é fácil atuar como gestor, pois são muitas as demandas para colocar em dia. Porém, a função pedagógica da gestão não pode ser esquecida, pois quando isso acontece acaba comprometendo o desenvolvimento de toda escola. Embora a gestão possa se preocupar com o fato de a escola ter um espaço amplo, acessível, arejado, sem um planejamento pedagógico inclusivo, aberto à diversidade e democrático, torna-se limitado o funcionamento da escola, tanto para os docentes quanto para os discentes que são o foco, principalmente quando crianças.

### 2.3 ESTUDO DE CASO E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COMO ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM DO OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, por meio de uma pesquisa de campo para analisar como a gestão escolar tem contribuído para a inclusão da criança cega na escola. Nessa perspectiva, “o estudo de caso, [pode ser definido] como metodologia de pesquisa qualitativa, visa a construção de uma teoria indutiva, a partir do estudo empírico de um caso ou estudos que envolvem mais de um caso” (SILVA, *et. al.*, 2021, p. 78).

Trata-se de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular (GODOY, 1995, p. 24). Segundo Godoy (1995), no estudo de caso o pesquisador sempre utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de várias fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista.

Ainda de acordo com Silva *et. al.* (2021, p. 79) “uma dificuldade inicial reside na distinção conceitual entre o ensino do estudo do caso e do método de pesquisa de estudo de casos dentro das Ciências Sociais”. Compreende-se que falar deste, não é tão simples, isto é, esse assunto tem uma determinada complexidade. A realização do estudo de caso não ocorre de forma simples “nem todo estudo de uma

única unidade pode ser considerado um estudo de caso, e estudos de caso se revestem de complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados (Silva *et. al.* 2021, p. 80).

Para realização de um estudo de caso é importante que se reflita como este processo metodológico será aplicado dentro da pesquisa a qual se pretende realizar. O mesmo, pode ser aplicado de forma única (quando se pretende fazer a pesquisa com ou de um caso e pode ser realizado de forma múltipla quando se trabalha mais de um caso. Silva *et. al.* (2021, p. 80), falam que os autores Robert Stake e Robert Yin que “[...] apresentam diferenças paradigmáticas quanto à caracterização dos estudos de caso e a questão da generalização ou aplicabilidade”. É um processo metodológico que requer cuidados, e deve ser realizado com o auxílio de instrumentos diversos.

Nessa diversidade de técnicas e instrumentos de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Essa forma de entrevista possibilitou uma conversa a partir de questionamentos que foram feitos à gestora da escola pesquisada para a compreensão do objeto da pesquisa. As questões suscitaram uma novas perguntas a partir do que a gestora respondeu. Foi necessário escutar atentamente a entrevistada para conseguir conduzir a conversa tendo como parâmetro sempre o problema de pesquisa.

Geralmente a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimento (MANZINI, 2004, p. 4 ).

Existem três formas de entrevista: a estruturada, semiestruturada e a não estruturada. Manzini (2004, p. 2), ressalta que estas podem ser conhecidas também como: a entrevista não estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva. Deste modo, “a entrevista estruturada é conhecida como entrevista diretiva ou fechada, e a entrevista semiestruturada é conhecida com semidiretiva ou semiaberta”.

Selecionamos a entrevista semi estruturada, visto que se aplica através de questionamentos mais abertos, nos quais pode ocorrer uma conversação entre pesquisador e o entrevistado sobre o tema que é proposto pela pesquisa durante o

momento de sua aplicação. Segundo Manzini (2004, p. 1), “uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado”. A importância deste roteiro (anexo) direcionou a interação com a gestora e possibilitou trazer aquilo que se buscava para o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme as orientações de Manzini (2004, p. 3) tomamos “alguns cuidados [...] ao formular as questões para o entrevistado [...]: 1) cuidados quanto à linguagem; 2) cuidados quanto à forma das perguntas; e 3) cuidados quanto à seqüência das perguntas nos roteiros”. Esses cuidados foram relevantes pois trouxeram qualidade ao trabalho e auxiliaram nos momentos de organização e análise dos dados, conforme poderá ser observado no próximo capítulo.

### 3 ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE O DIÁLOGO COM A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GENERAL RODRIGO OTÁVIO

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados e as discussões acerca dos dados empíricos coletados na escola/campo. No primeiro momento discutimos acerca da relação entre gestão escolar e educação inclusiva; em seguida analisamos como a gestora entrevistada percebe sua própria atuação na inclusão de crianças com deficiência visual; no último tópico analisamos como a gestão da escola pensa o papel dos conselhos e da equipe pedagógica na inclusão das crianças com deficiência visual.

#### 3.1 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE TEM A VER UMA COISA COM A OUTRA?

O processo de educação inclusiva é algo que ainda tem enfrentado muitos desafios, inclusive quando se fala na pessoa com deficiência. Ao ser perguntada sobre a temática educação inclusiva, a gestora entrevistada afirma compreender essa perspectiva “[...] como sendo tudo que traz o aluno para dentro do processo da escola. A ideia é incluir e não excluir”. A mesma chama atenção à participação do discente dentro do processo escolar.

A inclusão na escola não acontece simplesmente apenas se o aluno está matriculado, porém, ocorre quando todos se sentem acolhidos, compartilhando as diferenças e participando de cada coisa que é proposta desde que seja realizada a adaptação necessária se preciso for realizar.

Para que essa participação do aluno venha ser garantida é importante que a equipe escolar, inclusive dos gestores, que possuem um papel muito significativo na escola. De acordo com Lima *et. al.* (2015), esses têm um papel fundamental na escola para sua organização e funcionamento institucional, em todos os seus aspectos: físico, sócio-político, relacional, material, financeiro e pedagógico.

Em suma, o trabalho da gestão implica que a escola esteja sempre presente buscando meios educativos para incluir a criança com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 205, assegura que a educação é um direito de todos.

Para esse direito ocorrer é preciso de um trabalho coletivo entre gestão, corpo docente e as famílias.

### 3.2 ATUAÇÃO DA GESTÃO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual, conforme já discutimos no capítulo anterior, por muito tempo na histórica da educação brasileira, configurou um fator de exclusão social. Ao longo deste trabalho, partimos do pressuposto de que uma gestão escolar que busque orientar suas ações sob o princípio da gestão democrática, busca criar as condições para o enfrentamento dessa lógica de exclusão.

Em diálogo com a gestora, a mesma diz o seguinte: *“eu vou voltar não só para deficiência visual, mas eu acho que ainda há um grande entrave da vida da gente é... a inclusão”*. O modo como a gestora coloca a questão denota que o “entrave” está na vida do gestor, da escola e não necessariamente na vida da criança cega, dadas as condições da sociedade e das escolas, em particular, no sentido de oferecer condições para a autonomia do sujeito.

Em outro trecho da conversa a gestora diz:

*certo... então eu entendo que a deficiência é visual [...], então o aluno é independente para fazer suas atividades, tudo normalmente. Aí a gente bate com aquela concepção do professor: como ele vai fazer isso? (limitante). Limita o aluno, **esse é o meu maior entrave**. Porque onde eu vejo possibilidades, é visto um entrave só pelo fato da visão (de não ter a visão funcionando normalmente). Então na minha concepção, isso não é problema para que o aluno assista aula, participe da aula, debate na aula. Tá certo, então pra mim eu não vejo problema. **O que eu vejo problemas é a compreensão do outro, sobre isso. (grifos nossos)***

Fica evidente no trecho em destaque que a gestão sente determinados “entraves”, limitações, e/ou dificuldades para atuar em uma perspectiva inclusiva mediante as limitações que os docentes impõe aos alunos com deficiência visual. A alegada “concepção do professor” entra em cena como um espécie de atadura para as ações da gestão que se coloca como uma instância que consegue visualizar “possibilidades”.

Cabe ressaltar que do ponto de vista pedagógico, cabe à gestão da escola promover diálogos com o corpo docente no sentido de problematizar questões

relacionadas ao cumprimento da função social da escola. Um desses elementos integrantes desta função social é a inclusão da criança cega, uma vez que sua escolarização está sob a responsabilidade direta do docente e, em última instância, da gestão da escola. Uma vez identificado o “entrave” cabe à gestão agir pedagogicamente junto ao corpo docente para superar determinadas compreensões “limitantes”.

Nessa direção de implicação pedagógica da gestão, identificamos alguns elementos apontados pela gestora no sentido de enfrentar a situação e inserir os docentes em processos inclusivos:

*Então a gente faz sempre é... formações, planejamentos... toda vez que eu perceber que alguém foi limitante com aquela pessoa, eu também não vou lá e não vou abordar diretamente... mas eu acho que deve ser falta de formação, falta de planejamento, porque se aquele aluno teve limitação por parte de a, b, ou c, ou d...*

O trecho acima demonstra que a gestora adota uma estratégia de abordagem indireta. Ou seja, ao perceber alguma conduta equivocada do docente, a mesma não interfere imediatamente na ação. Em parte essa abordagem da gestora se explica diante das relações de trabalho que existem hoje nas escolas do município de João Pessoa. Embora a relação de poder entre gestores e docentes nos faça supor que quem ocupa os cargos de gestão estaria em uma posição de comando, controle ou coordenação, concretamente, nem sempre tem sido desse modo.

Os gestores das escolas municipais ocupam os cargos por meio de indicação política dos administradores municipais e estadual. Muitas vezes lidam com docentes do quadro efetivo do município que contam com estabilidade de carreira. Diante deste quadro, é comum entre diversos gestores, a postura de evitar embates diretos e/ou conflitos, visto os paradoxos que são produzidos diante da fragilidade de seu vínculo institucional.

Cabe ressaltar que o problema não reside na existência de um quadro efetivo de docentes nos municípios ou nos estados. Muito pelo contrário, o servidor efetivo protege o serviço público do desmandos, dos partidarismos, das ilegalidades. O problema é exatamente o oposto, isto é, a fragilidade do vínculo dos gestores escolares gerada pelo equívoco da prática das indicações. A falta de legitimidade política, que só pode ser dada pela própria comunidade escolar, impõe aos gestores escolares uma posição de nulidade diante dos problemas enfrentados pela

instituição. Não pode cobrar do poder público a resolução de problemas estruturais da escola, para não se indispor com que o indicou para o cargo, como também não consegue dialogar com a comunidade escolar, visto que lhe falta legitimidade interna à instituição.

Contudo, a abordagem da gestora também deve ser explicada diante da necessidade pedagógica de construção de relações mais dialógicas. Ou seja, não será no confronto pessoal entre gestores, coordenadores e docentes que determinadas posturas e/ou condutas equivocadas serão superadas.

Embora a construção de relações democráticas no interior da escola esteja comprometida diante do quadro de indicações político-partidárias dos gestores escolares, esta parece ser a busca de muitos gestores das escolas públicas, não importando o quão inglória essa tarefa pareça. Nessa direção, a gestora coloca:

*A gente precisa dialogar com a escola toda, porque o meu aluno... ele não é só, o meu aluno... da minha sala... ele é do corredor, ele é... quando entra, passa pelo porteiro, é quando vai fazer um lanche, é quando ele vai no banheiro. Por isso que eu falo sempre: planejar com essa equipe... formar eles para inclusão. Essa concepção de não limitação e sim de possibilidades.*

Nessa perspectiva, o diálogo é colocado pela gestora como princípio relacional que deve envolver toda a escola. Ao falar a respeito da consciência crítica, Freire (1967, p. 60), também ressalta a importância do diálogo na construção dessas relações: “[...] chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas”. Portanto, uma gestão democrática, comprometida com a inclusão da criança com deficiência visual, recorre ao diálogo com a comunidade escolar para melhor interpretar a realidade e propor ações concretas de inclusão.

### 3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E DA EQUIPE PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Embora o papel de um gestor escolar, conforme Luck (2009), seja liderar, articular e gerenciar a instituição, como colocado anteriormente, este por sua vez, necessita de andar em conjunto para cada resolução de cada programa ou atividade

a serem realizados na escola. Para isso, foi criado o conselho escolar como mecanismo para democratização da gestão, onde podem ser levadas questões para serem refletidas ou discutidas coletivamente até chegar a uma conclusão.

Os conselhos escolares, de acordo com a legislação, têm as funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras. Também cabe a estes o zelo pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar um ensino de qualidade. A constituição dos conselhos escolares pode se dar através do gestor escolar, pais ou responsáveis pelo aluno, funcionários, docentes e representantes de alunos.

Sobre essa questão dos conselhos, a gestora entrevistada coloca que “[...] faz reunião do conselho toda vez que há uma necessidade [...] o que é que acontece? - Se tem uma temática onde a gente não conseguiu resolver no dia a dia, é que a gente vai levar para o conselho”. É de fundamental relevância que questões sejam levadas para que possam ser discutidas e refletidas. Pode-se ver aí que a gestora procura trabalhar em conjunto.

Em outro trecho de nossa conversa ela coloca:

*O conselho fiscal que é a parte fiscal é ele quem acompanha essa compra de materiais... né? essa parte física. Mas o que é que acontece? Dentro da escola tem toda uma administração que vai desembocar nessa educação especial bem realizada, se tiver alguma coisa fugindo à regra, alguma coisa diferente ou até que a gente esteja inseguro para realizar, a gente leva a discussão para o conselho e o conselho vota a melhor saída dentro da legislação [...] porque a gente tem a ideia de conselho, a gente resolve tudo, mas a gente não pode fugir do que a legislação recomenda, esse é o caminho que a gente presa, então tem uma dificuldade leva para o conselho.*

Observando esta colocação feita pela gestora, acredito que para recorrer ao conselho escolar não só é preciso ser uma questão de necessidade pontual, a participação dos conselhos é uma necessidade cotidiana. Essa cotidianidade fica mais evidente ao pensarmos sobre seu papel na inclusão das crianças com deficiência visual na escola. É importante que essas pautas sejam muito bem discutidas, para um bom desenvolvimento e funcionamento democrático da instituição. É relevante que o conselho saiba de cada atualização significativa que acontece dentro do âmbito escolar, tendo em vista a importância da participação de todos os membros na construção do projeto pedagógico escolar.

Articulado aos conselhos, o papel de uma equipe especialista é importante. Esta, por sua vez, tem como foco os planejamentos, a coordenação escolar e a articulação dos processos de ensino-aprendizagem. Pois para uma boa gestão acontecer sempre necessita estar em conjunto. O campo escolar é complexo, sua democratização está profundamente vinculada à inclusão dos grupos historicamente excluídos. É evidente que essa articulação entre conselhos e especialistas pode ser encarada como um espaço de fomento de debates acerca da inclusão da criança com deficiência visual.

Acerca dessa relação com a equipe pedagógica da escola, a gestora diz que

*É fundamental a gente ter uma equipe de especialistas e eu vou acrescentar aí o AEE. Porque a gente sempre pega os especialistas, mas o setor AEE de uma escola é fundamental para fazer esse casamento, certo. Então se você me perguntar: As meninas do AEE não são especialistas? São... né? ...porque a gente sempre vai lembrar de orientador, supervisor, (quem tem lá na equipe) coordenação escolar e psicólogo. Mas a gente esquece dessa classificação das meninas de AEE e fazendo justiça a elas, a gente trabalha em grupo, a gente trabalha sempre num regime de colaboração e elas quem vão tá diretamente com essa criança, com esse pai com esse atendimento. Então no AEE tem elas juntas (a gente tem três aqui na escola), junta com a equipe de especialistas, vão atrás dos pais pra ver diagnóstico, histórico dessa criança... né? ...adaptar o horário. Qual o melhor horário que essa criança pode vir na escola e ser atendida? ...é um atendimento a mais. Que é que a gente e a equipe de especialistas estamos sempre ligados? É na questão de não excluir e sim fazer o máximo para incluir [...]. E o que é o nosso maior tesouro? É que aconteça a aprendizagem.*

Percebe-se na fala destacada a importância do trabalho em grupo, que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) não pode ficar isolado dos demais planejamentos, dos conselhos e da equipe pedagógica. A colaboração na escola é indispensável pois é um dos eixos cruciais para a formação de um cidadão no meio da sociedade. E ela também traz uma coisa a ser lembrada, embora o grupo que compõe o AEE tenha responsabilidade em ofertar um serviço ao aluno com deficiência, os docentes e demais funcionários não devem deixar o aluno como alguém que depende só daquele atendimento. Ou seja, caso o mesmo precise de alguma assistência, seja no corredor ou em sala de aula, o atendimento ao aluno deve ser prestado.

O AEE, tem o objetivo de assistir ao aluno com deficiência a depender de suas necessidades. Esse serviço não pode substituir a sala de aula que por sua vez, pode auxiliar os mesmo em suas atividades ou em conteúdos através de uma confecção de materiais, impressão em braile entre outros que se fazem necessários. A gestora diz o seguinte acerca do material didático: “eu não vou entregar o livro impresso porque você não lê, eu vou fazer uma intervenção, você vai receber o livro impresso mesmo que você não leia. Mas tem alguém que vai lhe ajudar [...]”. Neste aspecto deve-se destacar a importância da mediação pedagógica e a importância da formação de quem fará essa mediação. Segundo a gestora:

*Essa pessoa não vai precisar dessa base né, agora só falando pra você, aqui na nossa escola a gente tem o livro em braile. Outro problema que a gente tem [...] a criança recebeu o livro em braile, mas ela não é alfabetizada em braile. [...] Eu mesma queria implantar aqui as provas em braile, mas não são todas [as crianças] que ainda estão alfabetizadas o suficiente para dominar a leitura [em braile]. [...] Estou incentivando todas nossas crianças que estão lá no Instituto dos Cegos a terminar esse processo de alfabetização. [...] Quanto mais a gente puder usar o braile no nosso dia a dia é fundamental para essas crianças exercitar e atuar na sociedade.*

Em suma, a gestora ressalta a importância da criança estar envolvida com o sistema de escrita braile, este por sua vez é crucial para formação da pessoa com deficiência visual. Também, em sua fala, ela traz um ponto a ser refletido, a questão de a criança receber um livro que não está acessível na escrita em braile. Ou nos caso de esta mas a criança ainda não é alfabetizada. Assim, compreende-se que mesmo que a criança não saiba ler, possa fazer o uso desse de forma independente, sempre pode ter alguém para auxiliá-la. São questões pedagógicas, relacionadas ao que-fazer cotidiano do processos de ensino e aprendizagem, que precisam entrar na pauta dos conselhos em articulação com o trabalho da equipe pedagógica em um ambiente de gestão democrática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho buscamos analisar como a gestão escolar atua no processo de inclusão de crianças com deficiência visual nas anos iniciais do ensino fundamental em uma escola do município de João Pessoa/PB. Para alcançar este objetivo foi realizada uma entrevista com a gestora pedagógica e uma professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Na análise dessas falas coletadas na escola, junto à gestora e à professora do AEE, vimos que ao se referir à educação inclusiva, a gestora compreende o que é a inclusão e mostra que ainda é um desafio a ser enfrentado. Esta por sua vez, procura estar sempre em conjunto para encontrar meios de que esse processo possa ter ainda mais desenvolvimento. A escola tem assistência para o aluno com deficiência visual. Há materiais disponíveis e há apoio necessário para que o aluno com deficiência possa se desenvolver na escola.

Mesmo que haja o apoio oferecido ao aluno, ainda sim há situações que precisam de ser melhoradas. A escola, a cada dia, passa por mudanças, precisa lidar com o novo, em suma, compreende-se que a gestão ainda sente determinada dificuldade para atuação em uma perspectiva inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Shyrley Rique. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual: uma experiência de formação continuada no estado da Paraíba**. 2019. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16271/1/SRA09102019.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.. **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 05 nov. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Texto constitucional de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 nov. 1988.
- BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 nov. 2023.
- CRUZ, Raphaela de Lima. DANTAS, Thaisa Caldas. **Panorama Histórico da Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil: caminhos da inclusão**. s/d. Disponível:  
<http://docplayer.com.br/18864903-Panorama-historico-da-educacao-da-pessoa-com-deficiencia-no-brasil-caminhos-da-inclusao.html> . Acesso: 01 de fev. de 2022.
- DANTAS, T. C. Panorama histórico da pessoa com deficiência no Brasil. In: FARIAS, A. Q. de; MASSARO, M. (orgs.) **Formação de Professores e educação especial: o que é necessário saber?** João Pessoa, Editora UFPB. 2021. Disponível em:  
<<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/679/915/7568-1?inline=1>>. Acesso:08 de out. de 2021.
- FERREIRA, Layla Caroliny Araujo. **O Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na Visão de Professores Alfabetizadores**. 2017. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3779/1/LCAF15082017.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FLOR, Amanda Gomes Olímpio. **Concepções de Leitura**: compreensões de docentes alfabetizadores. 2018. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12468/1/AGOF24102018.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 149 p. Texto digitalizado em PDF. Disponível em: [http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao\\_pratica\\_liberdade.pdf](http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf). Acesso em: 05 nov. 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqrqYfVhr7LvVyDBgd/b/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 08 de out. de 2021.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/Hist>

LIMA, A. R. de; ALKIMIM, M. E. F.; PINTO, E. A.; MACHADO, R. de C. A gestão escolar na inclusão de estudantes com deficiência visual: estudo de caso. In: **CONEDU**, 2018. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45829>. Acesso: 08 de out. de 2021.

LIMA, M. M. P.; REIS, L. M. A.; OLIVEIRA, F. dos S. de. O papel do gestor escolar na construção de uma escola democrática e participativa. In: **EDUCERE**: XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22124\\_9368.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22124_9368.pdf). Acesso: 08 de out. de 2021.

LÜCK, Heloísa. Gestão Pedagógica. In: \_\_\_\_\_. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba, PR. Editora Positivo, 2009.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. Disponível: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf). Acesso: 04 de nov. de 2023.

SILVA, Glênio Oliveira da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Michele Maria da. ESTUDO DE CASO ÚNICO: uma estratégia de pesquisa. **Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 78-91, 27 dez. 2021. Disponível em:

<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/44>. Acesso em: 05 nov. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso: 08 de out. de 2021.

## **ANEXO - ROTEIRO DA ENTREVISTA**

### **Gestão e educação inclusiva**

1. O que você compreende sobre educação inclusiva?
2. Quantas crianças com deficiência visual estudam na escola?
3. Quais as idades dessas crianças?
4. Qual o perfil socioeconômico das famílias dessas crianças?

### **Atuação da gestão na inclusão de crianças com deficiência visual:**

5. Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão para a inclusão da criança com deficiência visual na escola?
6. Qual a assistência que a escola oferece em termos de materiais didáticos acessíveis e professor na sala de AEE?

### **A gestão democrática como estratégia de mobilização do conselho escolar e da equipe pedagógica para a inclusão da criança com deficiência visual:**

7. Como o conselho escolar está envolvido na inclusão de crianças com deficiência visual?
8. Qual o papel da equipe pedagógica (especialistas) no processo de inclusão da criança com deficiência visual na escola?